

**PROCESSO SELETIVO PARA PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

**ESTÁGIO FORENSE**

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta, e resposta da prova discursiva na Folha de Textos Definitivos.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha, cada uma com 4(quatro) alternativas (A,B,C e D) e 01 (uma) questão discursiva, distribuídas da seguinte forma:

Prova	Conteúdo	Nº de questões
Objetiva	Direito Civil	5
	Direito Constitucional	5
	Direito Administrativo	5
	Direito Processual Civil	5
Discursiva	Direito Civil / Direito Constitucional / Direito Administrativo / Direito Processual Civil (a escolher o tema)	1

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

**“As palavras são suspiros da alma”**

05. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta ou na Folha de Textos Definitivos por erro do candidato.**
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
  - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
  - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
  - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
  - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita, e bem como a Folha de Textos Definitivos assinada**, e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA **NÃO** ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

DIREITO CIVIL

01. Indique nas opções abaixo, quem não possui personalidade jurídica:
- (A) as organizações religiosas
  - (B) os condomínios edilícios
  - (C) os partidos políticos
  - (D) as fundações
02. Indique a afirmativa ERRADA em relação aos bens:
- (A) são pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro
  - (B) constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico
  - (C) são fungíveis os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade
  - (D) apenas os bens públicos dominicais estão sujeitos à usucapião
03. De acordo com o art. 104 do Código Civil vigente, NÃO é requisito de validade do negócio jurídico:
- (A) a licitude, a possibilidade e a determinação ou determinabilidade do objeto
  - (B) a forma determinada ou não vedada em lei
  - (C) a presença de condição, termo ou encargo
  - (D) a capacidade do agente
04. Acerca das obrigações solidárias, assinale a alternativa CORRETA à luz das disposições do Código Civil vigente:
- (A) há solidariedade quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda
  - (B) em se tratando de solidariedade ativa, a um dos credores solidários pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros
  - (C) a obrigação solidária deve ser necessariamente idêntica para todos os co-credores ou co-devedores
  - (D) é cabível presumir-se a solidariedade
05. Acerca dos contratos, assinale a alternativa CORRETA à luz das disposições do Código Civil vigente:
- (A) deve-se adotar a interpretação mais favorável ao aderente quando o contrato de adesão tiver cláusulas ambíguas ou contraditórias
  - (B) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, desde que com a anuência desta
  - (C) a função social do contrato não constitui limite à liberdade contratual
  - (D) é vedada a celebração de contratos atípicos

DIREITO CONSTITUCIONAL

06. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são comissões temporárias criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, para apurar fato certo por prazo determinado, na forma do art. 58, § 3º, da CF/1988. Sobre a CPI, assinale a opção INCORRETA:
- (A) é, via de regra, deflagrada pela minoria mas obedece, no decorrer dos trabalhos, o princípio majoritário
  - (B) o papel desempenhado pela CPI, de fiscalização e controle da Administração, exprime o exercício de uma das funções típicas do Poder Legislativo
  - (C) por ser uma comissão temporária, deve ser criada por prazo certo, o que não impede que seja prorrogada, desde que observado o período da legislatura em que foi criada
  - (D) pode, por autoridade própria, acessar dados referentes aos sigilos bancário, fiscal e telefônico, além de decretar a interceptação telefônica de investigados e a exoneração do servidor público
07. Acerca dos direitos e garantias fundamentais expressamente previstos no texto constitucional, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou administrativa, não se exigindo, no primeiro caso, o trânsito em julgado
  - (B) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente
  - (C) é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais
  - (D) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato
08. Considerando o disposto no art. 37 da CF/1988 ("A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)" ), é INCORRETO afirmar:
- (A) ao servidor público civil não é garantido o direito a livre associação sindical
  - (B) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
  - (C) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei
  - (D) ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

09. "Art. 170, Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgão públicos, salvo nos casos previstos em lei."

"Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: (...) III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar."

"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

As normas constitucionais delimitadas acima classificam-se, respectivamente, como de eficácia:

- (A) contida, limitada e programática
- (B) limitada, plena e contida
- (C) contida, limitada e plena
- (D) plena, contida e limitada

10. O remédio cabível, previsto na Constituição Federal, para tutelar direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público é:

- (A) *habeas corpus*
- (B) mandado de segurança
- (C) mandado de injunção
- (D) *habeas data*

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis, nos termos da Constituição Federal, após:

- (A) 2 anos de efetivo exercício
- (B) 3 anos de efetivo exercício
- (C) 4 anos de efetivo exercício
- (D) 5 anos de efetivo exercício

12. Fazem parte da Administração Pública Indireta, criadas por descentralização:

- (A) autarquias e empresas públicas
- (B) fundação e união federal
- (C) autarquia e município
- (D) estado e fundação

13. São atributos (ou características) dos atos administrativos:

- (A) finalidade e motivo
- (B) objeto e motivação
- (C) competência e forma
- (D) presunção de legitimidade e veracidade

14. Conforme o artigo 37, caput, da Constituição Federal, a Administração Pública será regida pelos seguintes princípios:

- (A) legalidade, isonomia, moralidade, proporcionalidade e eficiência
- (B) verdade real, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- (C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- (D) legitimidade, veracidade, impessoalidade, verdade real e publicidade

15. A Administração Pública para contratar bens e serviços deve se valer de licitação. A Lei 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações, trouxe inovações sobre este tema. Nos termos da citada norma, são modalidades de licitação, **EXCETO**:

- (A) leilão
- (B) pregão
- (C) concorrência
- (D) diálogo disruptivo

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. São conhecidos como "condições da ação" os seguintes requisitos, exigidos pelo CPC/2015 para se postular em juízo:

- (A) interesse e legitimidade
- (B) legitimidade e competência
- (C) interesse e prova pré-constituída
- (D) *fumus boni iuris e periculum in mora*

17. De acordo com o CPC/2015, a incompetência relativa deverá ser alegada pelo réu, sob pena de prorrogação da competência:

- (A) em apelação
- (B) em alegações finais
- (C) em preliminar de contestação
- (D) em petição de exceção de incompetência

18. Considera-se inepta a petição inicial quando:

- (A) contiver mais de um pedido
- (B) o juiz verificar que houve decadência ou prescrição
- (C) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão
- (D) sempre que o pedido for indeterminado, pois não há hipóteses legais em que se permite o pedido genérico

19. São hipóteses de intervenção de terceiros, de acordo com o CPC/2015:

- (A) chamamento ao processo, incidente de desconsideração da personalidade jurídica e réplica
- (B) assistência, denúncia à lide e chamamento ao processo
- (C) chamamento ao processo, recurso adesivo e assistência
- (D) assistência, denúncia à lide e reconvenção

20. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as respostas do réu previstas no CPC:
- (A) réplica e contestação
  - (B) reconvenção e revellia
  - (C) mediação e contestação
  - (D) contestação e reconvenção

#### PROVA DISCURSIVA

Elaborar uma redação, optando por apenas um dos temas indicados abaixo. Você deve desenvolver um texto dissertativo, de no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas. Na "FOLHA DE TEXTOS DEFINITIVOS", você deverá escrever o nº do tema de sua escolha, por extenso, no local específico.

**TEMA 01.** Discorra sobre o controle de constitucionalidade, abordando, necessariamente:

- a) a diferença entre inconstitucionalidade formal e a material
- b) os controles preventivo e repressivo
- c) os controles difuso e concentrado

**TEMA 02.** Theo pegou ônibus para o seu trabalho. Durante o trajeto, verificou que era possível acessar o teto do coletivo, devido a uma passagem que lá existia. Como assistia vídeos na internet de pessoas que "surfavam" nos tetos dos ônibus, e por ter espírito aventureiro, resolveu fazer o mesmo, ficando o tempo inteiro da viagem em cima do teto do ônibus, desviando dos obstáculos que apareciam.

No entanto, devido a uma freada do motorista no semáforo, sofreu uma queda e quebrou diversos ossos.

Por entender que só caiu do ônibus por culpa da freada, ajuizou ação de responsabilidade civil contra o Município.

Com base nessa situação, elabore um texto dissertativo onde seja abordado:

- a) os pressupostos da responsabilidade civil do Município
- b) o tipo de responsabilidade apontada por Theo
- c) uma causa excludente da responsabilidade civil que pode ser apontada a favor do Município.

**TEMA 03.** Disserte sobre responsabilidade civil, devendo abordar necessariamente:

- a) diferença entre responsabilidade civil objetiva e responsabilidade civil subjetiva
- b) elementos da responsabilidade civil
- c) hipótese de responsabilidade do Estado por omissão

**TEMA 04.** Bóris, servidor público do Município do Rio de Janeiro, ajuizou ação em face do Município em 2023, buscando o pagamento de verbas remuneratórias que deixaram de ser pagas ao longo do ano de 2019 e que, somadas, ultrapassam o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

Por equívoco do cartório da 1ª Vara de Fazenda Pública da Capital, que enviou a citação para a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, o Município somente tomou ciência da demanda quando intimado da sentença, que julgou procedente o pedido.

Foi então solicitada ao Procurador do Município a interposição de recurso que permita a revisão da sentença pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Dentro do prazo do recurso a ser interposto, o Procurador do Município descobriu que Bóris já havia proposto a mesma ação em face do Município do Rio de Janeiro em 2020, com a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, sendo que, nesta demanda, o pleito autoral já havia sido julgado improcedente, em decisão cujo trânsito em julgado se operou em 2022.

Considerando o histórico acima, elabore um texto dissertativo que contenha as respostas dos itens abaixo:

- a) qual recurso deve ser apresentado?
- b) como regra geral, qual o prazo para apresentação de recursos, exceto o de embargos de declaração, de acordo com o CPC/2015?
- c) considerando a situação narrada e o recurso exigido no caso concreto, qual o prazo aplicado sendo recorrente o Município do Rio de Janeiro?
- d) qual o fundamento de direito processual para a anulação da sentença?
- e) qual o fundamento de direito processual para a reforma da sentença?

